

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1005916-90.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Embargante: **WILSILAINE FATIMA VANZO SPASIANI**  
 Embargado: **LUIZA ELENA CASABURI**

**WILSILAINE FATIMA VANZO SPASIANI** ajuizou ação contra **LUIZA ELENA CASABURI**, pedindo o levantamento da penhora que recaiu sobre 1/4 do imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade sob o nº 62.264, vez que foi objeto de constrição judicial nos autos do processo nº 0009537-98.2015.8.26.0566. Alegou, para tanto, que em 08.12.2009 adquiriu a metade ideal do referido imóvel de seu ex-cônjuge, o qual figura como executado na ação supracitada, passando a ser a única proprietária do bem. Afirmou que desconhecia a existência da ação de investigação de paternidade movida em face do executado e que não houve o registro do título translativo no Registro de Imóveis em razão de entraves administrativos junto à Prefeitura Municipal.

Suspendeu-se o curso da ação principal, no tocante ao bem embargado.

Citada, a embargada pugnou pelo reconhecimento da fraude à execução, haja vista que a embargante tinha conhecimento da existência da ação de investigação de paternidade movida em face do executado.

Houve réplica.

Foram juntadas algumas peças dos autos principais.

A embargante impugnou o pedido de justiça gratuita formulado pela embargada. Sem êxito.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A embargada não se manifestou sobre a impugnação ao pedido de justiça gratuita e deixou de apresentar cópia de sua última declaração do imposto de renda, o que pressupõe a capacidade para arcar com o pagamento das despesas processuais sem prejuízo

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

de seu próprio sustento. Indefiro o pedido de gratuidade processual.

Prevê o art. 792, inciso IV, do Código de Processo Civil, que *"a alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência"*. Para que seja reconhecida a fraude à execução, é indispensável o registro da penhora do bem alienado ou a prova de má-fé do terceiro adquirente, conforme entendimento sumulado do E. Superior Tribunal de Justiça (Súmula 375).

A separação judicial da embargante e do executado Carlos Alberto Spaziani ocorreu em 11.07.2008. Posteriormente, houve a celebração da escritura particular de compra e venda em 08.12.2009, no qual o executado transmitiu para a embargante a metade ideal do imóvel que lhe pertencia.

Por outro lado, a ação de investigação de paternidade foi ajuizada pela embargada em 19.12.2005, tendo a citação do executado ocorrido em 05.01.2006 (fl. 73). Além disso, a sentença que declarou a paternidade de Carlos Spaziani em relação à embargada e o condenou ao pagamento de pensão alimentícia foi proferida em 17.03.2008.

Verifica-se, portanto, que o ato de alienação do imóvel ocorreu durante a tramitação do processo em que o executado foi condenado ao pagamento de pensão alimentícia. Também é inquestionável que a embargante tinha conhecimento da ação de investigação de paternidade promovida pela embargada, porquanto era casada com o executado ao tempo de sua citação. Aliás, a sentença condenatória foi proferida antes mesmo da separação do casal, o que corrobora a tese de que a embargante sabia da existência da demanda e da obrigação do devedor de pagar alimentos para a filha, ilidindo, assim, a presunção de boa-fé existente em favor da adquirente.

Destarte, reconheço que a transferência da meação pertencente ao executado se deu de forma fraudulenta, com o objetivo específico de frustrar ao pagamento da dívida, caracterizando a prática de fraude à execução.

Conforme decidido pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

**FRAUDE À EXECUÇÃO** - Investigação de paternidade julgada procedente - Condenação a alimentos, consequentemente, desde a citação - Antes de iniciados os atos de constrição, entretanto, se procedendo à venda do único bem imóvel do executado - Fraude evidente, agravo provido para reconhecê-la (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 990.10.330040-8, Rel. Des. Luiz Ambra, j. 19.01.2011).

Em tal julgado, lembrou-se a lição de Washington de Barros Monteiro ("Curso de Direito Civil", Parte Geral, 19a ed., 1979, pg. 219):

## P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

*"A insolvência pode ser, portanto, notória ou presumida. É notória, quando sabida por todos. (...). Presumida, quando o adquirente **tinha motivos para saber do precário estado financeiro do alienante**. A respeito desse conhecimento presumido, assentou a jurisprudência a seguinte orientação: a) **o parentesco próximo, ou afinidade próxima, entre os contratantes é indício de fraude** (fraus inter parentes facile praesumitur). Assim, pai que contrata com filho insolvente dificilmente poderá argüir sua ignorância sobre a má situação econômica deste, a scientia se presume nesse e noutros casos análogos".*

Como salientado pelo Ministro Ari Pargendler no REsp 143.046-SP (3ª Turma do STJ, DJU 13.3.2000, pg. 177), "mesmo que tenha por objeto dívida vencida, a dação em pagamento pode, em face das peculiaridades do caso, caracterizar fraude contra credores". E (aresto cit.) "o reconhecimento de que a dação em pagamento foi fraudulenta não prejudica o crédito, sendo ele incontroverso, de modo que a anulação do negócio restabelece o status quo ante, desfazendo a quitação". Precisamente o que teria ocorrido aqui, dando-se de barato o empréstimo não fosse fictício.

Tome-se ao acórdão do Ministro Cezar Peluso (Apelação Cível 76.636-4, j. 19.10.99, 2ª Câmara de Direito Privado do TJSP): "para caracterização de fraude contra credores em caso de doação", "**não precisa haver concerto malicioso** entre o alienante devedor e o adquirente (consilium fraudis), senão que este **saiba, possa saber, ou deva saber**, que, com a alienação, aquele se reduz à insolvência (scientia damni), a qual **resulta do simples fato de o devedor não provar a existência doutros bens, capazes de responder pela dívida**"

E refiro outros precedentes do mesmo Tribunal:

"Embargos de terceiro - Oposição por ex-mulher, em relação à metade ideal do ex-marido, adquirida por ocasião da separação do casal - Rejeição acertada - Fraude evidente à execução - Aplicação do inc. II do art. 593 do CPC - Partilha efetivada, após mais de um ano da citação da execução - Fraude incompatível com a proteção legal do bem de família - Não provimento da apelação." (Apelação nº 0064168-02.2009.8.26.0000, 11ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Maria Olívia Alves, j. 08/03/2012).

"Reexame – Art. 1040, II, NCPC (art, 543-C, § 7º, II, CPC/73) – Fraude à execução – Executado vendeu sua parte do imóvel à sua ex-mulher quando já tramitava ação de execução contra ele – Citação por edital – Ausência de registro da penhora – Entendimento do C. STJ manifestado no REsp nº 956943/PR e na Súmula 375 deve ser feito com ponderação – Registro da penhora não configura elemento único e indispensável para reconhecimento de fraude – Matéria fática afasta a presunção de boa-fé da terceira adquirente – Reexame não acolhido." (Apelação nº



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

1004540-76.2014.8.26.0554, 14ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Maurício Pessoa, j. 20/04/2016).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e mantenho a penhora realizada nos autos principais.

Condeno a embargante ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona da embargada fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

A execução destas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2017.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**